

Os grupos de pesquisa LGBTQ+ no Brasil: perfil dos pesquisadores e as contribuições do campo da Saúde Coletiva

LGBT+ research groups in Brazil: researcher's profile and the contributions from the Collective Health field

Renato Barboza^I, Alessandro Soares da Silva^{II}

Resumo

Analisou-se a distribuição dos grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) quanto ao perfil dos pesquisadores e das linhas de pesquisa sobre a população LGBTQ+ no Brasil e a atuação destes no campo da Saúde Coletiva. Realizou-se um estudo exploratório, descritivo, de abordagem quantitativa, baseado no inventário de 75 grupos de pesquisa, cadastrados no CNPq até 28 de setembro de 2018. Majoritariamente, 81,3% tem até uma década de atuação e 73,3% são formados por até dez pesquisadores. Foram identificados 632 pesquisadores, sendo 76,3% doutores e 23,7%, mestres. Constatou-se o predomínio de grupos vinculados às instituições públicas, perfazendo 82,7%, contra 17,3% de instituições privadas, evidenciando a hegemonia da pesquisa pública sobre a temática LGBTQ+ no país. 57,3% dos grupos possuem até três linhas de pesquisa e são oriundos das Ciências Humanas. Na Saúde Coletiva, foram encontrados sete grupos, majoritariamente oriundos de universidades públicas e com até dez anos de existência. Quanto ao foco das linhas de pesquisa, destaca-se a ancoragem na determinação social do processo saúde-doença e nas vulnerabilidades associadas às infecções sexualmente transmissíveis e ao HIV/aids, especialmente entre homens que fazem sexo com homens, travestis e transexuais.

Palavras-chave: Campo científico; Gênero; LGBTQ.

Abstract

The distribution of National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) research groups was analyzed in terms of the researcher's profile and LGBTQ+ population research lines in Brazil and the performance in the field of Collective Health. An exploratory, descriptive, quantitative study was carried out based on the inventory of 75 research groups registered at CNPq until September 28, 2018. Mostly, 81.3% have up to a decade of experience and 73.3% are formed by up to ten researchers. 632 researchers were identified, being 76.3% doctors and 23.7% masters. There was a predominance of groups linked to public institutions, amounting to 82.7%, against 17.3% of private institutions, evidencing the hegemony of public research on the LGBTQ+ theme in the country. 57.3% of the groups have up to three research lines and come from the Human Sciences. In Collective Health, seven groups were found, mostly from public universities and with up to ten years of existence. As for the focus of the research lines, the anchoring in the social determination of the health-disease process and vulnerabilities associated with sexually transmitted infections and HIV/AIDS stands out, especially among men who have sex with men, transvestites and transsexuals.

Keywords: Scientific field; Gender; LGBTQ.

^I Renato Barboza (renato@isaude.sp.gov.br) é cientista social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Saúde Coletiva pela Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (CCD-SES/SP), doutorando em Psicologia Social e do Trabalho pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), pesquisador do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo e do Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids desta universidade, pesquisador científico VI do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP), e representante deste instituto no Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBTQ (SES/SP).

^{II} Alessandro Soares da Silva (alepsipol1@gmail.com) é filósofo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), livre-docente em Sociedade, Multiculturalismo e Direitos pela Universidade de São Paulo (USP), professor associado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP) e líder do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo desta universidade.

Introdução

No Brasil, a inclusão da temática LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) nos estudos acadêmicos e no campo das políticas públicas pode ser considerada um fenômeno recente. Barboza e Silva¹ conduziram um inventário sobre os grupos de pesquisa certificados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e identificaram que 86,6% desses grupos foram criados no período entre 2006 e 2018. Portanto, segundo esses autores, o esquadramento da produção científica sobre a população LGBT+ evidenciou que se trata de um tema emergente² na agenda nacional de pesquisa.

Criado em 1951, o CNPq atualmente integra a estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e tem como missão “fomentar a ciência, tecnologia e inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional”.³

Com relação à gestão da pesquisa brasileira, destacam-se a implantação e o aprimoramento contínuo do “Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Lattes”. Trata-se de uma base de dados de acesso público, disponível no portal do CNPq, que propicia a interação entre os pares da comunidade científica e oferece um vasto conjunto de informações direcionado a diversos públicos interessados no desenvolvimento da ciência brasileira. Ademais, fornece um conjunto detalhado de dados e análises relevantes acerca da produção científica e tecnológica atualizados periodicamente, por meio de um censo bianual ascendente envolvendo as instituições certificadas, sob a coordenação do próprio CNPq. Nessa plataforma, é possível acessar as informações registradas sobre os grupos de pesquisa, os pesquisadores e seus currículos Lattes, bem como a evolução das respectivas linhas de pesquisa certificadas pelas universidades públicas e privadas e pelos institutos públicos de pesquisa³.

Segundo a última edição do censo dos grupos de pesquisa, conduzido pelo CNPq em 2016, identificaram-se 531 instituições no Brasil responsáveis por 37.640 grupos, os quais agregam 199.566 pesquisadores,

sendo 129.929 (65,1%) doutores. Em comparação ao censo de 2002, verificou-se um aumento de 149% no contingente dos grupos cadastrados no país e, em relação ao censo de 2014, o incremento foi de 6%³.

Apesar do crescimento dos grupos de pesquisa e do contingente dos doutores observado no último censo, os grupos que abordam a temática LGBT+ no Brasil, segundo o estudo coordenado por Barboza e Silva (2018), representam somente 0,19% da totalidade¹. No levantamento feito por esses autores, foram encontrados coletivos de pesquisa em todas as regiões brasileiras; entretanto, a maior parte concentrada em instituições das regiões Sudeste e Nordeste¹. Isso aponta que, na contemporaneidade, corroborando estudos progressos atinentes à população LGBT+, os investimentos necessários para o desenvolvimento de uma produção técnico-científica nacional robusta e consolidada ainda enfrentam resistências no *locus* acadêmico⁴.

No que se refere às políticas públicas de saúde, o advento da epidemia de HIV/aids, o pioneirismo das ações programáticas de prevenção, assistência e vigilância epidemiológica instituídas no Brasil na década de 1980 e posteriormente ampliadas nas décadas subsequentes graças à implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuíram para a inserção da comunidade LGBT+ na agenda do Ministério da Saúde. É mister sublinhar que os principais marcos legais que impulsionaram o desenvolvimento das políticas intersetoriais voltadas aos segmentos LGBT, incluindo a política de saúde, foram ratificados somente em 2004, no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a edição do “Programa Brasil Sem Homofobia” e, em seu segundo mandato, em 2008, com a realização da “I Conferência Nacional de LGBT”⁵.

No entanto, no âmbito do SUS, o princípio da integralidade da atenção à saúde LGBT+ foi assegurado recentemente, em 2011, com a publicação da portaria do Ministério da Saúde que institui a “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. O escopo dessa política visa “promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e

contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo”⁶.

Nessa perspectiva, conhecer quais são os grupos produtores de conhecimento científico sobre a população LGBT+ brasileira e suas contribuições no campo interdisciplinar da Saúde Coletiva pode adensar elementos para aprimorar a gestão descentralizada dessa política no SUS.

Metodologia

Com o objetivo de analisar o perfil dos pesquisadores e linhas de pesquisa sobre a população LGBT+ registrados no “Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – Lattes” do CNPq quanto a atuação no campo da Saúde Coletiva, o presente artigo faz um recorte dos dados coletados no âmbito do projeto de pesquisa “Sociedades Multiculturais, Gênero e Diversidade: um estudo sobre a população LGBT nos Grupos de Pesquisa do CNPq”, conduzido por pesquisadores do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (IS-SES/SP) e da Universidade de São Paulo (USP)⁷. O estudo do tipo exploratório, descritivo e de abordagem quantitativa⁸⁻⁹ baseou-se no último inventário dos grupos de pesquisa, cadastrados na base de dados do CNPq até 28 de setembro de 2018.

As informações dos grupos de pesquisa são de domínio público e disponibilizadas por meio da Plataforma Lattes, a qual hospeda o “Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil” do CNPq³. Inicialmente, procedemos a consulta parametrizada, utilizando a sigla “LGBT”, incluída na varredura dos seguintes campos: “nome do grupo”, “nome da linha de pesquisa” e “palavra-chave da linha de pesquisa”. Nessa primeira consulta foram identificados 35 grupos de pesquisa.

Ampliamos a consulta parametrizada com a inclusão de outros campos de busca, resultando em 62 grupos de pesquisa. Assim, foram incluídos nessa etapa: (1) os grupos certificados e os grupos não atualizados nos últimos 12 meses; (2) os grupos de todas as instituições, unidades da federação e regiões do país; (3) o filtro referente à “área do conhecimento”, incluindo os itens “grande área” e “área”, segundo a opção

“predominante do grupo”; e (4) todas as subdivisões de anos de existência dos grupos (“menos de 1 ano”, “1-4”, “5-9”, “10-14” e “15 anos ou mais”).

Em uma segunda etapa do processo de consulta parametrizada, seguindo os filtros anteriores, realizamos a busca adotando separadamente as palavras “gays”, “lésbicas”, “bissexuais”, “travestis”, “transexuais” e “transgêneros”, resultando na identificação de 12, 61, 1, 16, 15 e 6 grupos de pesquisa, respectivamente. Após descartarmos os grupos duplicados, incluímos 24 novos grupos de pesquisa, sendo: 7 de pesquisas “gays”, 10 de “travestis”, 3 de “transexuais” e 4 de “transgêneros”. Não foram encontrados novos grupos nos segmentos de “lésbicas” e “bissexuais”.

Assim, ao todo encontramos 86 grupos de pesquisa, sendo 71 registrados como “certificados” pelas instituições de origem; 4 “em preenchimento” e 11 que já haviam sido “excluídos”. Suprimimos os classificados como “excluídos”, perfazendo 75 grupos de pesquisa, os quais constituem, do ponto de vista metodológico, o universo de análise deste trabalho.

Posteriormente, os dados coletados foram organizados em um banco de dados do programa Excel, identificando as variáveis: nome da instituição; caráter da instituição (pública ou privada); localização da instituição (unidade da federação e macrorregião); nome do grupo de pesquisa; ano de formação do grupo; tempo de existência do grupo; área de conhecimento predominante; área de conhecimento específica (segundo a classificação do CNPq); número de pesquisadores associados ao grupo; número de pesquisadores doutores e mestres, e número de linhas de pesquisa do grupo. Os dados foram submetidos à análise descritiva baseada em frequências absolutas e relativas.

Resultados e discussão

No universo dos 75 grupos de pesquisa elegíveis no inventário, é mister destacar a amplitude do espectro temporal dos grupos, compreendido entre 1 e 23 anos de atuação. O grupo mais longevo e pioneiro, nos registros do CNPq, data de 1995, intitulado “Gênero, Religião e Política”, oriundo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e com produção acadêmica

ancorada na área da Sociologia¹. Quanto aos grupos mais jovens, com apenas um ano de existência, foram encontrados oito grupos, sendo todos vinculados a instituições públicas de ensino superior, localizadas em três regiões do país, a saber: quatro na região Sudeste, duas na região Nordeste e duas na região Sul.

A frequência dos pesquisadores, segundo os grupos de pesquisa que investigam as populações LGBT+, variou de um pesquisador (observado em dois grupos) até 32 pesquisadores por grupo (registrado em dois grupos). Entre os grupos analisados (Tabela 1), a

maioria, 73,3%, é constituída por até dez pesquisadores, sendo 40% na faixa de um a cinco pesquisadores e 33,3% de seis a dez pesquisadores. Cabe destacar que, majoritariamente, 61 (81,3%) dos coletivos sobre LGBT+ possuem até uma década de atividades dedicadas à produção de conhecimento científico nesse campo de estudos. Nos grupos mais antigos, não obstante, há menor ocorrência (cinco casos) entre 11 e 15 anos e nove com 16 anos ou mais de existência. Também encontramos profissionais com experiência acumulada sobre o tema superior a 16 anos.

Tabela 1 - Frequência absoluta e relativa dos grupos de pesquisa LGBT+ (CNPq), segundo o número de pesquisadores e anos de existência dos grupos

nº Pesquisadores	1 - 5		6 - 10		11 - 15		16+		Total Grupos	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1 a 5	18	50,0	6	24,0	2	40,0	4	44,4	30	40,0
6 a 10	11	30,6	10	40,0	1	20,0	3	33,3	25	33,3
11 a 15	6	16,7	4	16,0	0	0	1	11,1	11	14,7
16 a 20	1	2,8	2	8,0	0	0	1	11,1	4	5,3
21 a 25	0	0	1	4,0	2	40,0	0	0	3	4,0
26 ou mais	0	0	2	8,0	0	0	0	0	2	2,7
Total	36	100	25	100	5	100	9	100	75	100

No que concerne à área de conhecimento, segundo a nomenclatura adotada pelo CNPq, foram identificadas cinco grandes áreas, as quais abarcam os 75 grupos de pesquisa do inventário. Na análise do contingente de pesquisadores, constatou-se que eles atuam prioritariamente em três grandes áreas, sendo: 337 (53,3%) nas Ciências Humanas, 117 (18,5%) nas Ciências Sociais Aplicadas e 104 (16,5%) nas Ciências da Saúde. Essas três áreas correspondem a 88,3% do total de investigadores dedicados ao estudo das populações LGBT+ no país. Um número menor de pesquisadores atua em duas outras áreas: a área de Linguística, Letras e Artes e a área de Ciências Exatas e da Terra, respectivamente 54 (8,5%) e 12 (1,9%). Na grande área das Ciências Biológicas, foi encontrada a menor concentração de pesquisadores, respondendo somente por 8 (1,3%) do total.

Quanto à formação dos 632 pesquisadores computados (Tabela 2), 482 (76,3%) são doutores e 150

(23,7%) mestres, indicando uma razão de 3,2 doutores/mestres. Ao procedermos o esquadramento dos dados acerca do capital intelectual dos grupos, em linha com as áreas de conhecimento do CNPq, averiguamos que os pesquisadores com o título de doutor conduzem, principalmente, investigações ancoradas nas Ciências Humanas, correspondendo a 263 (54,6%). Ao passo que a proporção aferida entre os pesquisadores com mestrado foi um pouco menor; entretanto, a maioria desses, 74 (49,3%), também desenvolve estudos nessa área de conhecimento. No universo avaliado, a razão doutor/mestre variou de 2,9 na área de Linguística, Letras e Arte, alcançando até 11 na área das Ciências Exatas e da Terra. Na grande área das Ciências Humanas, a qual concentra um pouco mais da metade dos pesquisadores, a razão foi de 3,6 doutores/mestres, semelhante, portanto, à razão de 3,2 aferida na totalidade dos grupos analisados.

O exame das áreas de conhecimento específicas do CNPq (Tabela 2) revela que os pesquisadores realizam estudos sobre as populações LGBT+, distribuídos em um espectro de 20 áreas, demonstrando, assim, uma produção de saberes marcada pela pluralidade conceitual e metodológica. A média de pesquisadores no levantamento foi de 31,6 e variou de 0,9 na área da Teologia até 14,9, na Psicologia. Em ordem decrescente, as áreas que apresentaram a maior concentração de pesquisadores referem-se à Psicologia (14,9%), seguida pela Saúde Coletiva (12,5%), Educação (9,8%), Antropologia (9,2%), Sociologia (8,5%) e Serviço Social (7,3%). Assim, tais áreas específicas estão em consonância à predominância dos coletivos de pesquisa LGBT+ pertencentes às três grandes áreas de conhecimento do CNPq referidas anteriormente: as Ciências Humanas, as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências da Saúde.

Constata-se (Tabela 2) que os pesquisadores doutores estão vinculados, principalmente, a grupos de pesquisa pertencentes a cinco áreas de conhecimento específicas: Psicologia (15,4%), Saúde Coletiva (11,8%), Antropologia (10,8%), Educação (9,8%) e Sociologia (8,1%). Ao passo que os pesquisadores mestres atuam prioritariamente na Saúde Coletiva (14,7%), seguida pela Psicologia (13,3%), Serviço Social (10,7%), Educação

(10%), Sociologia (10%) e Letras (8,7%). Em grande angular, pode-se presumir que o *lôcus* de atuação de ambos os pesquisadores é semelhante, exceto pela presença de um agrupamento de mestres que investigam a temática LGBT+ nas áreas de Serviço Social e de Letras. Ademais, nesse ranking, a área da Antropologia não foi identificada entre os mestres, apesar de o levantamento demonstrar uma proporção diminuta de 4% de pesquisadores com essa titulação conduzindo estudos antropológicos com os segmentos LGBT+.

É importante destacar que o cenário revelado pelo inventário se encontra em consonância com a lógica do processo de formação e de produção de conhecimento que está em curso nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa brasileiros. A maior presença de pesquisadores doutores, comparada a de pesquisadores mestres, provavelmente está relacionada ao processo de consolidação dos grupos, ao tipo de vínculo empregatício via concursos públicos para docentes (em que a titulação mínima exigida é o doutorado) e, sobretudo, às exigências e critérios institucionais definidos para a certificação junto ao CNPq, os quais são ratificados pelas comissões de pesquisa, ensino e extensão, além das pró-reitorias vinculadas a cada reitoria universitária.

Tabela 2 - Frequência absoluta e relativa das áreas específicas de conhecimento (CNPq), segundo os grupos de pesquisa LGBT+, pesquisadores doutores e mestres.

Área do Conhecimento	Grupos		Doutores		Mestres		Pesquisadores	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Educação	12	16,0	47	9,8	15	10,0	62	9,8
Psicologia	10	13,3	74	15,4	20	13,3	94	14,9
Sociologia	9	12,0	39	8,1	15	10,0	54	8,5
Saúde Coletiva	7	9,3	57	11,8	22	14,7	79	12,5
Serviço Social	7	9,3	30	6,2	16	10,7	46	7,3
Antropologia	5	6,7	52	10,8	6	4,0	58	9,2
Direito	5	6,7	30	6,2	9	6,0	39	6,2
História	3	4,0	31	6,4	1	0,7	32	5,1
Administração	2	2,7	20	4,1	5	3,3	25	4,0
Artes	2	2,7	8	1,7	0	0,0	8	1,3
Comunicação	2	2,7	5	1,0	2	1,3	7	1,1
Filosofia	2	2,7	20	4,1	9	6,0	29	4,6

Área do Conhecimento	Grupos		Doutores		Mestres		Pesquisadores	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Letras	2	2,7	25	5,2	13	8,7	38	6,0
Ciência Política	1	1,3	4	0,8	6	4,0	10	1,6
Enfermagem	1	1,3	1	0,2	3	2,0	4	0,6
Farmácia	1	1,3	11	2,3	1	0,7	12	1,9
Medicina	1	1,3	6	1,2	3	2,0	9	1,4
Parasitologia	1	1,3	8	1,7	0	0,0	8	1,3
Probabilidade e Estatística	1	1,3	11	2,3	1	0,7	12	1,9
Teologia	1	1,3	3	0,6	3	2,0	6	0,9
Total	75	100	482	100	150	100	632	100

Em relação ao número de linhas de pesquisa, apurou-se, no universo analisado, uma grande variação, compreendendo desde grupos com apenas uma linha de investigação (12 grupos), até um grupo que possuía 16 linhas na área da Antropologia. A metade dos grupos com uma única linha de pesquisa concentra a sua produção na grande área das Ciências Humanas, seguida pelas Ciências Sociais Aplicadas (quatro grupos), além das Ciências da Saúde e Linguística, Letras e Artes (essas duas últimas, com um grupo cada).

Predominantemente, os líderes registraram no “Diretório dos Grupos de Pesquisa” da plataforma do CNPq, até três linhas de pesquisa (57,3%), seguido dos grupos que informaram quatro a seis linhas (28%) (Tabela 3). Nesse sentido, pode-se aferir que 85,3% dos coletivos de pesquisa atuantes no campo dos estudos LGBT possuem até seis linhas de investigação. Por outro lado, os grupos com dez ou mais linhas representam a minoria encontrada no inventário, perfazendo apenas 5,3% dos coletivos.

No que concerne à caracterização da instituição produtora de conhecimento, (Tabela 3), observou-se

o predomínio de grupos vinculados às instituições públicas, totalizando 62 (82,7%), ao passo que os grupos pertencentes às instituições privadas responderam por apenas 13 (17,3%), evidenciando, assim, a hegemonia da pesquisa de caráter público na abordagem do tema LGBT+. Constatou-se, ainda, que pouco mais da metade dos grupos, de ambas as tipologias de gerenciamento institucional, tinha até três linhas de investigação. Da mesma forma, cabe sublinhar que todos os grupos que apresentaram um maior número de linhas de produção de conhecimento, ou seja, de sete a nove e de dez ou mais linhas, também são oriundos de instituições públicas. Provavelmente, a presença desses coletivos com maior número de linhas e, conseqüentemente, de objetos e temas de investigação, foi encontrada somente nas universidades e nos institutos públicos dada a maior presença e permanência de lideranças científicas, em função do vínculo de trabalho por meio de concursos públicos, e geralmente em regime de dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Tabela 3 - Frequência absoluta e relativa do número de linhas de pesquisa dos grupos de pesquisa LGBT+ (CNPq), segundo o tipo de instituição

nº de linhas de pesquisa/grupo	Pública		Privada		Total de Grupos	
	n	%	n	%	n	%
1 - 3 linhas	36	58,1	7	53,8	43	57,3
4 - 6 linhas	15	24,2	6	46,2	21	28,0
7 - 9 linhas	7	11,3	0	0	7	9,3
10 ou mais linhas	4	6,5	0	0	4	5,3
Total	62	100	13	100	75	100

Adicionalmente, verificou-se na análise que 55,8% dos grupos de pesquisa com até três linhas de investigação são oriundos das Ciências Humanas e 66,7% dos grupos com quatro a seis linhas também atuam nessa grande área referida pelo CNPq. Já nos coletivos que apresentam maior número de linhas, ou seja, de sete a nove e de dez ou mais linhas, destacam-se aqueles alinhados às áreas das Ciências Humanas e das Ciências da Saúde, perfazendo, respectivamente, 28,6% e 50%.

Outrossim, cabe observar que as linhas de investigação muitas vezes são induzidas pelas prioridades elencadas nas agendas de pesquisa e nas fontes de financiamento disponibilizadas pelas agências de fomento no país. Nessa perspectiva, na última década, houve uma drástica redução de investimentos na ciência brasileira, impactando negativamente no fomento à produção de conhecimento em todas as áreas, sobretudo na grande área das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas, a exemplo das Ciências Sociais e Humanas em Saúde, um dos eixos do campo da Saúde Coletiva. Assim, os dados do orçamento da União apontam uma redução de 29% nos recursos aprovados para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações no ano de 2021, comparado ao orçamento do ano anterior¹⁰.

Portanto, a redução nas linhas de financiamento ou, até mesmo, na abertura de editais específicos, afeta sobremaneira a sustentabilidade dos grupos de pesquisa em vigência no emergente campo dos estudos LGBT+. O acesso a recursos financeiros regulares é imprescindível para a manutenção do custeio das bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de outras ações intrínsecas à execução dos projetos de pesquisa.

Grupos de pesquisa da Saúde Coletiva

Na área da Saúde Coletiva, aferiram-se sete grupos de pesquisa, sendo seis grupos majoritariamente vinculados às instituições públicas e apenas um grupo em instituição privada. Os grupos estão distribuídos em organizações provenientes de três regiões brasileiras: três na região Nordeste, dois na região Sudeste e

dois na região Sul. Não foram encontrados grupos de pesquisa nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Essas instituições e os respectivos grupos de pesquisa da área de Saúde Coletiva localizam-se em quatro unidades federativas. A Bahia lidera o ranking, com três grupos, um sediado na Universidade Federal da Bahia, denominado “Núcleo de Ensino e Pesquisa em Aids e outras Doenças Infecciosas”, e dois na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, onde estão o “Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça e Saúde” e o “Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade e Interseccionalidade do Cuidado em Saúde e Nutrição, Gêneros e Sexualidades”. Na sequência, na Universidade Federal de Santa Catarina, encontramos dois grupos: o “Núcleo de Estudos em Gênero e Saúde” e o grupo “Violência e a Saúde”. No estado de São Paulo, identificamos a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, a única organização privada, que abriga um grupo, o “Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde da População LGBT”. E, finalmente, no Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz, instituição pública que possui o “Grupo de Pesquisa Social e Epidemiológica em HIV/Aids”.

Em consonância ao observado nas demais áreas analisadas no inventário de grupos cadastrados, a maioria dos coletivos pode ser classificada como emergente². Nessa óptica, quase a totalidade dos grupos da Saúde Coletiva possui até dez anos de existência, sendo quatro na faixa temporal entre seis e dez anos e dois entre um e cinco anos. Somente um grupo tem mais de 16 anos e pertence à Universidade Federal de Santa Catarina, atuando na produção de conhecimento sobre o binômio violência e saúde LGBT+.

Ao analisarmos o foco das linhas de pesquisa em vigência sobre a população LGBT+ na Saúde Coletiva, verificamos que quatro grupos produzem conhecimento científico, baseados na determinação social do processo saúde-doença e nas vulnerabilidades¹¹ associadas às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e ao HIV/aids, especialmente nos segmentos de homens que fazem sexo com homens e de travestis e transexuais. Ademais, um desses grupos pesquisa as

interfaces entre gênero e raça na perspectiva da interseccionalidade enquanto categoria analítica¹², visando apreender como a interconectividade dos marcadores sociais da diferença opera no processo de produção e reprodução de desigualdades e iniquidades em saúde. O segundo grupo tem, como mote, a produção de evidências sobre a saúde integral da população trans. O terceiro grupo investiga o binômio violência e saúde LGBT+. E, por fim, o último e quarto grupo analisa o arcabouço legal das políticas públicas em saúde e as implicações no que se refere à diversidade sexual e de gênero.

O exame do escopo das linhas de pesquisa na área da Saúde Coletiva, concebido como um campo interdisciplinar de produção de saberes, de práticas sociais em saúde e de intervenções¹³, evidencia a relevância epidemiológica da problemática das IST/HIV/aids na comunidade LGBT+¹⁴. Além disso, ganham relevo os estudos sobre as necessidades de saúde do segmento trans, que tem sido objeto de políticas e de práticas de saúde, sobretudo após a implantação dos “Ambulatórios TT” na última década, impulsionada pela ampliação das diretrizes do “processo transexualizador” no SUS¹⁵. Contudo, apesar dos esforços envidados por algumas secretarias municipais e estaduais de saúde, cabe frisar que, atualmente, considerando-se a magnitude das demandas da população trans no Brasil, esses ambulatórios têm uma cobertura diminuta e insuficiente.

Importância da articulação entre grupos de pesquisa e SUS

Não obstante aos avanços alcançados no SUS, a partir da edição da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde⁶, é importante sublinhar que a implantação das ações em consonância com as diretrizes preconizadas pelo Ministério da Saúde ainda não foi suficientemente alcançada no país¹⁶. É fato que, após mais de uma década da publicação da política nacional, a permanência e o crescimento das desigualdades regionais e das iniquidades em saúde seguem sustentando e perpetuando vulnerabilidades na comunidade LGBT+,

principalmente nos planos social e programático^{11, 17}. No contexto da gestão descentralizada do SUS, a complexidade para mitigar tal problemática assume, portanto, o caráter de um desafio hercúleo para os gestores estaduais e, principalmente, para os gestores municipais, dado que esses são os entes responsáveis pela provisão do acesso integral, universal e igualitário aos cuidados em saúde no território sanitário.

Além disso, o reconhecimento, em janeiro de 2020, pela Organização Mundial da Saúde, da emergência global da pandemia de covid-19, impactou a saúde da população mundial, incluindo os segmentos LGBT+. Um estudo realizado com pessoas LGBT+, oriundas de todas as regiões brasileiras, demonstrou que os principais problemas de saúde vocalizados no contexto da pandemia referiram-se à saúde mental (42,72%), às mudanças no regramento do convívio social (16,58%), à solidão (11,74%), ao convívio familiar (10,91%), à falta de recursos financeiros (10,62%), à falta de trabalho (7%) e ao acesso à terapia hormonal (0,30%). Cabe destacar que a metade dos respondentes afirmou necessitar de suporte psicológico, sobretudo entre os LGBT+ na faixa etária de 15 a 24 anos¹⁸.

Dessa forma, as evidências corroboram a vulnerabilidade da população LGBT+, mesmo face ao estágio atual do processo de imunização para covid-19 no país. De mais a mais, há que se registrar o crescimento das violações de direitos humanos denunciadas por ativistas, como as violências verbais, físicas e simbólicas, os assassinatos e a perpetuação do estigma, da discriminação e da LGBTfobia^{18, 19}. Portanto, é imperativo que os profissionais da saúde pública e privada estejam qualificados para reconhecer, acolher e responder de forma proativa a novas e velhas demandas de saúde dessas minorias sociais.

Nessa óptica, as secretarias municipais e estaduais de saúde podem envidar esforços no sentido de realizar parcerias institucionais com os líderes e equipes dos grupos de pesquisa LGBT+ das universidades e institutos. Esses coletivos podem colaborar nos processos de formação e qualificação dos gestores, trabalhadores e conselheiros de saúde, com base nas demandas de Educação Permanente definidas localmente

e nas regiões de saúde. A sinergia entre a academia e os serviços da rede do SUS pode alavancar, por exemplo, a produção de diagnósticos e estudos avaliativos acerca da situação de saúde, das condições de vida, das práticas em saúde, das barreiras de acesso aos serviços, da observância do respeito ao nome social nos segmentos trans e do direito à confidencialidade nos procedimentos ofertados à população LGBT+ em linha com as diretrizes da política nacional.

No *lôcus* municipal, um dos grandes desafios diz respeito à qualificação e ampliação do acesso da população LGBT+ aos cuidados em saúde na rede de Atenção Básica, que deve ser a porta de entrada preferencial do sistema de saúde¹⁶. Assim, o aperfeiçoamento das tecnologias leves é imprescindível no processo de organização das ações e procedimentos de saúde, por meio da escuta qualificada dos usuários e usuárias LGBT+; da observância da não discriminação e juízos de valor, relacionados à identidade de gênero e à orientação sexual; do acolhimento, vinculação e, sobretudo, quando necessário, da garantia de continuidade dos cuidados em serviços de referência de maior complexidade tecnológica na região de saúde, com a retaguarda das secretarias estaduais de saúde.

Para tanto, faz-se necessário investir na produção de evidências científicas que permitam dimensionar as lacunas na organização da atenção integral à saúde LGBT+ preconizada pelo SUS; incluir metas específicas da saúde LGBT+ nos planos municipais e estaduais de saúde pactuados nos respectivos conselhos; definir prioridades de curto, médio e longo prazos, bem como os indicadores adequados para monitorar e avaliar o alcance das metas e das ações em saúde.

Adicionalmente, no que tange, por exemplo, à formação médica, estudos demonstram que há lacunas curriculares, como a não inclusão de conteúdos que abordem a saúde integral LGBT+ e a diversidade de gênero nas escolas médicas²⁰. Por isso, postulamos que é premente fortalecer e ampliar, nas universidades e nos institutos, os exíguos grupos de pesquisa LGBT+ existentes no país, bem como aperfeiçoar o processo de formação dos graduandos e pós-graduandos, os quais serão os futuros profissionais do SUS e das

demais instituições responsáveis pela execução das políticas públicas intersetoriais.

Referências

Barboza R, Silva AS. Gênero e diversidade: uma análise sobre os grupos de pesquisa do CNPq e a população LGBT. *BIS – Bol. Inst. Saúde*. 2018; 19(2):135-143.

Marsiglia RMG, Spinelli SP, Lopes MF, Silva TCP. Das Ciências Sociais em Saúde: produção científica de pós-graduação em Ciências Sociais. *Ciênc Saúde Colet*. 2003; 8(1):275-285.

Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes. 2022. (Internet). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp> [acesso em: 2 jun. 2022].

Silva AS. Marchando pelo Arco-Íris da Política: a parada do orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. [Tese]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo; 2006.

Brasil. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF; 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 2.836 - institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, DF; 1 dez. 2011.

Barboza R, Silva AS. Sociedades multiculturais, gênero e diversidade: um estudo sobre a população LGBT nos Grupos de Pesquisa do CNPq. [Projeto]. São Paulo: Instituto de Saúde, Universidade de São Paulo; 2018.

Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas; 2008.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco; 2004.

Escobar H. Orçamento 2021 compromete o futuro da ciência brasileira. *Jornal da Universidade de São Paulo*, publicado

em 9 de abril 2021. (Internet). Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/orcamento-2021-compromete-o-futuro-da-ciencia-brasileira/> [acesso em: 7 jun. 2022].

Ayres JRCM, Calazans GJ, Saletti-Filho HC, França-Júnior I. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: Campos GWS, Minayo MCS, Akerman M, Drumond-Júnior M, Carvalho YM. (orgs). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/FIOCRUZ; 2009. p. 375-417.

Crenshaw K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. The University of Chicago Legal Forum 140; 1989. 139-167. (Internet). Disponível em: <https://philarchive.org/archive/CREDTI>. [acesso em: 15 jun. 2022].

Ianni AMZ. Mudanças sociais contemporâneas e saúde: estudo sobre a teoria social e saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec; 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico HIV/aids. Brasília, DF; 2021. (Internet). Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2021/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2021>. [acesso em: 5 jun. 2022].

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2803 - redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União. 20 nov 2013.

Silva ACA, Alcântara AM, Oliveira DC, Signorelli MC. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. Interface. 2020; 24:e190568. (Internet). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190568>. [acesso em: 5 jun. 2022].

Todxs Brasil. Cartilha de saúde LGBTI+ - políticas, instituições e saúde em tempos de Covid-19. 2021. (Internet). Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2021/04/2021_04_16_CartilhaSaudeLGBT.pdf. [acesso em: 6 jun. 2022].

Vote LGBT+ & Box 184. Diagnóstico LGBT+ na Pandemia - Desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento

social em enfrentamento à pandemia de coronavírus. 2020. (Internet). Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pandemia_completo.pdf. [acesso em: 8 jun. 2022].

Silva AS, Barboza, R. Exclusão social e consciência política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. Cad. CERU. 2009; 20(1):257-276.

Negreiros FRN, Ferreira BO, Freitas DN, Pedrosa JIS, Nascimento EF. Saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: da formação médica à atuação profissional. Rev Bras Educ Med. 2019; 43(1):23-31.